

# Tomás de Aquino: O revelado, o revelável e a teologia

Autor: Sávio Laet de Barros Campos.  
Bacharel-Licenciado e Pós-Graduado em  
Filosofia Pela Universidade. Federal de Mato  
Grosso.

## *Introdução*

Este artigo trabalha, fundamentalmente, quatro conceitos em Tomás de Aquino: o de revelado e revelável, enquanto se encontram inseridos no conceito maior de Revelação, objeto próprio da teologia. Entretanto, nosso texto não trabalhará estes conceitos em si mesmos, senão em sua relação com a filosofia. Para atender a este fim, o texto começa com um intróito que consiste em ressaltar a defesa que o Aquinate empreende a favor do ensino e do magistério entre os frades. Ele a faz, mostrando que o ensino e o magistério não são uma dispensa da vida contemplativa, a qual estava precipuamente destinada à vida dos frades, mas um transbordamento desta. Assim sendo, tentaremos definir as relações entre vida ativa e vida contemplativa no âmbito do ensino.

Em seguida, mostrando que o ensino defendido pelo Aquinate era, sobretudo, o da teologia, tentaremos evidenciar como a filosofia se inseria nele. Faremos isto, procurando trabalhar a distinção que Tomás faz, no bojo da própria Revelação – objeto próprio da teologia – entre revelado e revelável.

Em nossa exposição, teremos dois textos básicos: a *Summa Theologiae* de Tomás, na sua mais recente tradução brasileira – empresa de fôlego das *Edições Loyola* –, que resultou no aparecimento de nove volumes, entre os anos de 2001 a 2006, e o clássico *Le Thomisme* (1919) de Étienne Gilson, o qual frequentaremos na sua *versão castelhana* (1951) – única autorizada do original francês – por Alberto Oteiza Quirino: *El Tomismo: Introducción a La Filosofía de Santo Tomás de Aquino*.

Passemos a considerar a relação entre contemplação e ensino no pensamento de Tomás.

## *1. Tomás de Aquino: contemplação e ensino*

Para Tomás os homens podem escolher entre dois modos de vida: a contemplativa e a ativa. A vida do professor encontra toda a sua eminência no fato de que, nela, pode ocorrer uma harmonia, isto é, uma espécie de conciliação entre os dois modos de vida. De fato, o que é o ensino – atividade própria do professor – senão a comunicação da verdade inteligível que anteriormente foi contemplada? Assim, na carreira de todo mestre, a vida contemplativa não fica estéril, não se esgota na contemplação, antes, estende-se de certo modo, ao se derramar no ensino. O ensino, ato da vida ativa, cuja origem está na contemplação, qual fonte de onde deriva, não é senão o transbordamento exterior do que foi contemplado: “Assim, deve-se concluir que a obra da vida ativa é dupla. – Uma, que procede da plenitude da contemplação, como o ensino e a pregação”<sup>1</sup>.

Sem embargo, aqueles que, absorvidos por outros deveres da vida ativa, desligam-se da contemplação, decerto que a perdem completamente. Mas o professor não esgota a contemplação quando ensina, ela a expande, tornando-a fecunda, porquanto a doa na gratuidade do ensino. E’ colocando-a ao alcance de todos por meio do ensino que o mestre estabelece um elo entre os dois tipos de vida. De modo que ensinar não é subtrair-se à contemplação, é sim adicionar a ela a ação, compartilhando-a com os alunos: “[...] quando alguém é chamado a deixar a vida contemplativa para dedicar-se à ativa, não se trata de tirar-lhe a contemplação, mas de acrescentar a ação”<sup>2</sup>. Ora, isto é mais perfeito: “Pois, assim como é mais perfeito iluminar do que apenas brilhar, assim também é mais perfeito comunicar aos outros o que se contemplou do que somente contemplar”<sup>3</sup>.

Agora bem, Tomás, quando quer legitimar a pobreza absoluta, começa por olhar o exemplo dos antigos filósofos que, em nome de uma sabedoria humana, renunciaram as riquezas e prazeres. Ora, se assim é, diz ele, quão mais legítimo e justificável não será ao monge cristão, abandonar todos estes bens para dedicar-se não somente à sabedoria, mas ao próprio Cristo, Verbo Encarnado.<sup>4</sup> Entretanto, segue-se um problema: como conciliar a

<sup>1</sup> TOMÁS DE AQUINO. **Suma Teológica**. Trad. Aimom- Marie Roguet et al. São Paulo: Loyola, 2001. II-II, 188, 6, C.

<sup>2</sup> *Idem. Op. Cit.* II-II, 182, 1, ad 3.

<sup>3</sup> *Idem. Op. Cit.* II-II, 188, 6, C.

<sup>4</sup> *Idem. Op. Cit.* II-II, 186, 3, ad 3: “Procede, porém, de acordo com a reta razão quem se despoja das suas riquezas para entregar-se à contemplação da sabedoria. Foi o que, segundo se conta, até certos filósofos fizeram.

humildade de um monge, com o título, supostamente honorífico, de doutor? Aos seculares, que repeliam a ideia de as ordens mendicantes ocuparem cátedras nas universidades, por considerarem um rompimento do voto de humildade, responde Tomás: o título de mestre não é um título que alguém confere a si próprio, mas algo que lhe é outorgado por aqueles que se beneficiam do seu ensino, o que é difícil impedir.<sup>5</sup> Ele é a palma conferida à nossa doação. No ensino não doamos bens materiais, mas o maior de todos os bens espirituais: a verdade.

Ademais, o ideal contemplativo não repugna a dimensão do serviço, tão caro aos membros das outras ordens mendicantes. Com efeito, o ensino nada mais é do que um serviço, aliás, o mais benfazejo de todos, pois por ele os ignorantes são instruídos na fé e os pagãos são persuadidos pela pregação. Tampouco, ilustram com exatidão o ideal do mestre, aqueles que o imaginam como uma forma de autoridade. Distingamos, por exemplo, entre aquele que deseja uma sede episcopal e aquele que aspira a ser um professor. Ora, quem deseja o episcopado, deseja algo que ainda não possui, já àquele a quem é concedida a licença de ensinar, não é dada nenhuma nova dignidade, uma vez que o cargo de mestre é um cargo confiado a quem já tem, reconhecidamente, a capacidade de exercê-lo.<sup>6</sup>

Por isso, não é ilícito que alguém queira ser professor. Ninguém é ambicioso por desejar a sua própria perfeição. E é justamente isto o que deseja aquele que aspira a ser um professor. De fato, para o exercício do poder episcopal requer-se a graça divina a fim de que, recebendo tal eminência, se possa exercê-la com dignidade. Ora, desejar tal posto implica um ato de presunção, que consiste em alguém arrogar-se a piedade necessária para desempenhá-lo. Entretanto, para ser professor, requer-se apenas que já se tenha adquirido a ciência adequada, bem como se tenha a disposição e o desprendimento necessários para se colocar a serviço daqueles a quem lhe couber comunicar a verdade. Ninguém pode ser censurado: nem por buscar a ciência necessária para tanto, nem por querer prestar uma caridade espiritual como o ensino.<sup>7</sup>

[...] Por conseguinte, está muito mais de acordo com a reta razão abandonar tudo para seguir perfeitamente a Cristo.”

<sup>5</sup> GILSON. **El Tomismo: Introducción a La Filosofía de Santo Tomás de Aquino**. Trad. Alberto Oteiza Quirno. Buenos Aires: Ediciones Desclée de Brouwer, 1951. pp. 13 e 14: “Tomás objeta sensatamente que o professorado não é uma honra, senão uma carga; e que, quanto ao título de mestre que se recebe, posto que não é um título que alguém se dá, senão que se recebe, resulta difícil impedir aos demais que se lhe outorguem”.

<sup>6</sup> *Idem. Op. Cit.* p. 14: “O que deseja uma sede episcopal ambiciona uma dignidade que ainda não possui; aquele que é nomeado para uma cátedra magistral não recebe nenhuma nova dignidade, senão somente a oportunidade de comunicar sua ciência aos demais; com efeito, conferir a uma pessoa a licença para ensinar não é conferir-lhe a ciência, é dar-lhe permissão para ensiná-la.”

<sup>7</sup> *Idem. Op. Cit.* p. 15: “[...] é louvável desejar a própria perfeição, e, por conseguinte, a ciência que capacita para o ensino, sendo ruim, ao contrário, o desejar um poder sobre os demais sem saber si se possui a graça requerida para exercê-lo. Pelo contrário, o desejo de ensinar, isto é, de comunicar aos demais a ciência que se possui, não é

Mas os seculares não tinham o menor comedimento nos seus casuísmos. Conquanto não se possa censurar quem aspire à própria perfeição, não seria, porventura, reprovável, como um ato de orgulho, que um monge se julgue suficientemente apto para aceitar o cargo de professor? A propósito desta nova objeção, responde Tomás dizendo: decerto não podemos conhecer por nós mesmos se estamos ou não revestidos da graça divina para ocuparmos uma cátedra episcopal, mas é perfeitamente possível que alguém se reconheça portador da ciência necessária para avaliar retamente se se encontra realmente apto para aceitar a missão para qual foi convocado: conferir aos outros a ciência que sabe possuir.<sup>8</sup>

## 2. Tomás de Aquino: Doutor da verdade cristã

Um ponto que não pode passar despercebido. Quando pensamos num mestre ou doutor, logo nos vem à mente a imagem de alguém versado nas ciências naturais ou em filosofia. Mas, se quisermos manter-nos fiéis ao espírito de Tomás, teremos que reconhecer que, quando falava do doutor, referia-se, antes de tudo, ao doutor da verdade cristã. Destarte, o mestre do qual fala Tomás não é senão aquele que ensina a sabedoria por excelência, a saber, esta sabedoria que se fundamenta na revelação divina e à qual damos o nome de teologia. Por isso, o monge deve buscar a cátedra de teologia.<sup>9</sup>

Aquela vida, toda ela vivida entre a contemplação e o ensino, é uma vida toda consagrada à contemplação das verdades divinas e ao seu ensino e pregação. Na concepção de Tomás, todo mestre nesta ciência deve estar necessariamente dotado de alguns dons, que nos são concedidos pela graça grátis, isto é, por aquela graça que nos é dada para a instrução dos fiéis, no que concerne às verdades divinas que ultrapassam a razão: primeiro, o dom da Fé, para que lhe seja dado conhecer as verdades divinas que deve ensinar; depois, o dom da Sabedoria, que irá fornecer à sua argumentação a força demonstrativa e persuasiva, tão

---

senão o desejo de levar a cabo um ato de caridade; nada, portanto, é mais louvável que solicitar a autorização para ele, sempre que se é realmente capaz.”

<sup>8</sup> *Idem. Op. Cit.*: “Ninguém pode saber com certeza se possui ou não a graça de que só Deus dispõe; enquanto que cada um pode saber, com certeza, se possui ou não os conhecimentos requeridos para ensinar legitimamente.”

<sup>9</sup> *Idem. Op. Cit.*: “O mestre por excelência não pode ensinar senão a Sabedoria por excelência, ou seja, essa ciência das coisas divinas que é essencialmente a teologia; é também esta única sabedoria que legitimamente pode ambicionar um religioso.”

necessária ao convencimento dos interlocutores; por fim, o dom da Ciência, que lhe conferirá a capacidade de expressar com clareza e pertinência as verdades divinamente reveladas.<sup>10</sup>

Importa dizer que a natureza humana impõe ao homem uma regra universal acerca do conhecimento: todo conhecimento humano tem origem nos sentidos. Assim, todo conhecimento que o homem pode adquirir – inclusive o dos objetos que ultrapassam os sentidos – deve partir dos sentidos. Portanto, se a teologia pretende ser uma ciência, cumpre que ela também adote como preâmbulo do seu saber um conhecimento filosófico do mundo, que a ajude a entender melhor o seu objeto próprio, que é a Palavra de Deus. Note-se que este conhecimento filosófico do mundo não é um fim em si mesmo. O fim, dizíamos, é a contemplação das verdades divinas, enquanto estas nos foram reveladas por Deus na sua Palavra. O doutor da verdade cristã deve ater-se às ciências naturais e à própria filosofia, apenas na medida em que estas puderem ajudá-lo a obter um entendimento mais profundo da Palavra de Deus.<sup>11</sup>

Se assim é, o espaço que as ciências naturais e a própria filosofia ocuparão na vida do monge professor será, evidentemente, subsidiário. Na verdade, tem que ser assim, pois se a grandeza do ensino reside precisamente no fato de ele ser um prolongamento da contemplação, e a contemplação, por sua vez, só é a mais alta das atividades humanas, porque é o meio menos imperfeito pelo qual, nesta vida, podemos alcançar o nosso fim último, que é Deus, então, é claro que tudo deve servir a ela e não servir-se dela. Neste sentido, será propício ao religioso valer-se da filosofia e das demais ciências, somente na medida em que estas forem substratos que o ajudem a alcançar o verdadeiro gozo contemplativo, no sentido de proporcionar-lhe um entendimento menos inadequado da Palavra de Deus, já que o homem só ascende ao inteligível partindo do sensível. Conclui Gilson: “Pode-se assim dizer do Doutor Cristão, que o estudo da filosofia e das ciências lhe é necessário; porém, para que lhe seja útil, não deverá constituir um fim em si”<sup>12</sup>. O próprio Tomás é claro acerca deste ponto:

Há duas maneiras de pertencer à vida contemplativa: na qualidade de elemento principal e na qualidade de elemento secundário ou de disposição. O elemento principal da vida contemplativa é a contemplação da Verdade divina, posto que este é o fim da vida

---

<sup>10</sup> TOMÁS DE AQUINO. *Op. Cit.* I-II, 111, 4, C. Vide também: *Idem. Op. Cit.* II-II, 177, 1, C.

<sup>11</sup> GILSON. *Op. Cit.* pp. 16 e 17: “Devemos efetivamente comprovar que no estado atual do homem, todos seus conhecimentos se fundam na ordem das coisas sensíveis; o Doutor em Teologia deve partir, portanto, inevitavelmente de um conhecimento científico e filosófico do universo para constituir a ciência de seu objeto próprio, que é a palavra de Deus; porém, somente na medida em que este conhecimento possa facilitar-lhe a inteligência da palavra divina, deverá trabalhar neste conhecimento.”

<sup>12</sup> *Idem. Op. Cit.* p. 17.

humana. [...] Mas, pelos efeitos divinos somos levados à contemplação de Deus [...]. Daí resulta que também a contemplação dos efeitos divinos pertencem secundariamente à vida contemplativa, enquanto por ela o homem é levado ao conhecimento de Deus.<sup>13</sup>

### 3. Tomás e a filosofia

Tomás nunca se valeu da filosofia, a não ser na medida em que esta pudesse servir a sabedoria cristã. Para ele, nunca existiu uma filosofia separada da teologia. Como teólogo, seguramente ele sequer previu que um dia houvesse quem envidasse esforços para abstrair da sua doutrina teológica uma doutrina unicamente filosófica, muito menos que lhe desse o nome de “filosofia cristã”. Estas invenções e problemas são nossos, não dele. Agora bem, até que ponto seria legítimo empreender tal indústria depois dele, se ele mesmo não o fez, eis todo o problema. Acerca da filosofia de Tomás, diz Gilson:

Que será então esta filosofia? Santo Tomás não a praticou mais que em vista dos serviços que resta à sabedoria cristã. Por isso, indubitavelmente, não pensou em separá-la dela nem dar-lhe um nome. Santo Tomás provavelmente não previu que chegaria um dia em que se haveria de buscar em suas obras os elementos de uma filosofia sacada de sua teologia. Ele ao menos nunca tentou tal síntese.<sup>14</sup>

Na história do “tomismo”, houve quem empreendesse a tentativa de recortar da síntese do Aquinate todos os elementos filosóficos, ou seja, não somente aqueles que lhe fossem originais, mas ainda aqueles que simplesmente ele herdara dos seus antecessores, sem acrescentar-lhes nada. Ora, esta forma de abordagem não é a única possível e parece não ser sequer a mais adequada, por não colocar em destaque o que há de mais original na filosofia do Aquinate. De fato, por conta da prevalência deste modo de abordagem, “Muitas vezes se negou a existência de uma filosofia tomista, original e distinta das demais”<sup>15</sup>.

Entretanto, desde que se conceba uma filosofia genuinamente tomásica, uma nova síntese filosófica de sua obra torna-se possível. Tal síntese poderia prescindir dos elementos filosóficos que Tomás simplesmente herdou de seus antecessores, para ater-se somente ao que

---

<sup>13</sup> TOMÁS DE AQUINO. *Op. Cit.* II-II, 180, 4, C.

<sup>14</sup> GILSON. *Op. Cit.* p. 18.

<sup>15</sup> *Idem. Op. Cit.* p. 18.

é peculiar à sua filosofia. Ora, se adotarmos este ponto de vista, devemos imediatamente reconhecer que os problemas filosóficos nos quais o gênio de Tomás se manifesta com maior originalidade, são aqueles que estão diretamente ligados à teologia. É para o que aponta Gilson: “Com respeito às partes da filosofia em que Santo Tomás se mostra mais original, lança-se à vista que são em geral limítrofes do território próprio da teologia”<sup>16</sup>. E ainda:

Por esta razão pode fixar-se esta regra geral: as partes da filosofia tomista foram tanto mais profundamente elaboradas quanto mais diretamente interessavam à teologia tomista.<sup>17</sup>

Segue-se desta primeira constatação que uma exposição que se queira manter fiel ao espírito da filosofia de Tomás, deverá obedecer àquela ordem teológica na qual ela nasceu e se desenvolveu enquanto filosofia. Com efeito, se o que há de mais original em sua filosofia são precisamente aqueles problemas fronteiraços com os da teologia, então, recortar do seu contexto teológico uma filosofia que aí encontra toda a sua força, seria violentar a sua própria finalidade e a razão da sua existência. O que acarretaria também o sacrifício da sua própria inteligibilidade. Adverte Gilson:

Quero dizer: suponhamos que Santo Tomás haja encontrado em seu trabalho teológico a oportunidade de levar a metafísica para além do ponto no qual a haviam deixado seus predecessores: podia separar-se a filosofia tomista de seus laços com a teologia sem correr o risco de ignorar sua origem e seu fim, de alterar sua natureza e de não compreender coisa alguma de seu sentido?<sup>18</sup>

A única coisa que, de fato, poderia demover o nosso ânimo de expor a filosofia tomasiana segundo uma ordem teológica, seria a impossibilidade de se expor tal filosofia sem que com isso ela fosse confundida com a fé. Porém, é possível escapar a este risco, já que o próprio Tomás, na *Suma Contra os Gentios*, propõe-se exatamente isto: expor a sua teologia de modo que se comece pelas verdades que, a despeito de se encontrarem no corpo das verdades relevadas, são, inobstante, racionalmente demonstráveis. Por isso, nada nos impede de, depois dele, tentar refazer este caminho construído por ele próprio. E’ o que conclui o medievalista francês:

---

<sup>16</sup> *Idem. Op. Cit.*

<sup>17</sup> *Idem. Op. Cit.* p. 19.

<sup>18</sup> *Idem. Op. Cit.*

Se fosse impossível apresentar a filosofia de Santo Tomás segundo a ordem de sua teologia, sem confundi-la com a fé cristã, mais valeria renunciar a esta ordem. Porém, nada é menos impossível. Já Santo Tomás mesmo o fez: é, portanto, possível tratar de fazê-lo de novo depois dele.<sup>19</sup>

#### 4. A Revelação: o revelado (*revelatum*) e o revelável (*revelabile*)

Esta integração da filosofia no arcabouço teológico faz com que ela se encontre num novo estado na obra de Tomás, que parece, inclusive, definir o seu papel, que o Aquinatense designa com o nome de *revelável*. Ora, da compreensão do que seja o *revelável* dependerá a definição exata daquilo que comumente se chama de *a filosofia de Santo Tomás de Aquino*.<sup>20</sup> Para definirmos este termo, é preciso antes adentrarmos no conceito de teologia que Tomás elabora. Costuma-se pensar que a maior preocupação do Aquinate seja a de não permitir que a sua filosofia seja contaminada por qualquer ranço de teologia. Mas é necessário aduzir que o contrário também é verdadeiro, isto é, Tomás toma todo cuidado para não contaminar a teologia com a filosofia. A pergunta que se coloca, então, é esta: “como introduzir o filosófico na teologia sem corromper a essência da teologia?”<sup>21</sup>.

Tomada em sua essência, a teologia se define como sendo uma ciência da Revelação. Desta feita, sua matéria não é outra senão a própria Palavra de Deus. O seu objeto formal é esta mesma Palavra acolhida pela fé, como sendo uma Palavra divinamente revelada. Agora bem, “como incorporar à ciência da revelação uma ciência da razão, sem corromper a pureza da revelação, nem tampouco a da razão?”<sup>22</sup>.

Diremos, antes de qualquer coisa, que a solução de Tomás é de natureza *teleológica*. De fato, para que a ciência teológica, na qual será integrada a filosofia, não perca a sua unidade, é necessário que tudo o que se lhe acresça de conhecimentos filosóficos, esteja estritamente ordenado e submetido ao seu objeto próprio, que é a Palavra de Deus enquanto revelada e acolhida pela fé. A questão assim colocada já nos faz captar um primeiro sentido do termo *revelável*: *revelável* é todo conhecimento humano utilizado pela teologia com a

---

<sup>19</sup> *Idem. Op. Cit.* pp. 19 e 20.

<sup>20</sup> *Idem. Op. Cit.* p. 19.

<sup>21</sup> *Idem. Op. Cit.*

<sup>22</sup> *Idem. Op. Cit.* p. 21.



finalidade de alcançar o seu fim próprio: “Este saber humano utilizado pela teologia para seus próprios fins, é precisamente o que Santo Tomás chama de revelável”<sup>23</sup>.

Atendo-nos à teologia de Tomás, devemos dizer que “revelável” é tudo aquilo que pode ser revelado. Desde então, tal conceito abrangeria tanto aquilo que, muito embora pudesse ter sido revelado, não o foi, quanto aquilo que, tendo sido diretamente revelado, poderia não sê-lo.<sup>24</sup> Agora bem, podemos formar um *conceito* mais *restrito* que o de *revelável* que pode nos ajudar a compreendê-lo, a saber, o *conceito* de *revelado*. Por *revelado*, devemos entender todas aquelas verdades *essencialmente reveladas*, ou seja, todas aquelas verdades que só podem ser conhecidas mediante a Revelação. Com outras palavras, o revelado não se confunde com a Revelação enquanto tal, pois muitas verdades que estão na Revelação poderiam ter sido alcançadas pela razão natural. O revelado, ao contrário, é precisamente aquilo que, por ultrapassar a razão natural, só pode vir a ser conhecido através da Revelação. Neste sentido, as verdades naturais que Deus julgou conveniente ter revelado não fazem parte do *revelado*.<sup>25</sup>

Mas, enfim, o que é isto, a que chamamos revelação? É o revelável, ou seja, aquilo que, conquanto seja de per si acessível à razão natural, foi, não obstante, revelado? É o revelado, cujo único meio de ser conhecido é por força de uma Revelação, já que ele ultrapassa de todo as capacidades da nossa razão? Na verdade, só encontraremos a resposta adequada a esta questão, se nos ativermos ao conceito de revelação em si mesmo, prescindindo, num primeiro momento, do seu conteúdo.

Tomada em si, a Revelação é um ato, e como todo ato ela persegue um fim próprio. Este fim é a salvação do homem. Ora, a salvação do homem implica que este seja capaz de alcançá-la enquanto fim seu último. Todavia, ele não pode alcançar este fim sem ao menos conhecê-lo. Agora bem, o fim do homem e a sua salvação é Deus, isto é, um objeto cujo conhecimento excede de muito as forças da razão natural. Destarte, como não se pode alcançar um fim sem antes conhecê-lo e, no caso do fim do homem, não se pode conhecê-lo

---

<sup>23</sup> *Idem. Op. Cit.*

<sup>24</sup> *Idem. Op. Cit.* pp. 22 e 23: “O que parece exato é que, em teologia tomista, há revelável que foi revelado, se bem que poderia não havê-lo sido, e revelável que, embora pudesse sê-lo, não foi revelado.”

<sup>25</sup> *Idem. Op. Cit.* p. 23: “Tal como Santo Tomás o concebe, o *revelatum* inclui unicamente aquilo cuja essência mesma faz que deve ser revelado, porque só pode chegar a ser cognoscível por meio da revelação. [...] O que constitui o ‘revelado’ como tal não é o fato de que nos tenha sido revelado, senão sua característica de não ser acessível senão mediante uma revelação. Assim concebido, o ‘revelado’ é todo conhecimento sobre Deus que sobrepuja o poder da razão humana. Pode suceder que Deus nos revele conhecimentos acessíveis à razão, mas precisamente por não serem inacessíveis à luz natural do entendimento, tais conhecimentos não constituem o ‘revelado’. [...] Digamos, pois, que o ‘revelado’ é todo conhecimento que, por sobrepujar o poder da razão natural, não pode ser conhecido pelo homem, senão por meio de uma revelação.”

somente pelas forças da sua razão, então, Deus teve que se revelar ao homem. Assim, o homem encontra-se diante de um corpo de verdades suprarracionais, ao qual ele deve assentir pela fé, a fim de que possa conhecer o seu fim e, desta sorte, ser salvo: “Para que o homem pudesse alcançar sua salvação, era, pois, necessário que Deus lhe revelasse os conhecimentos que superam as possibilidades de sua razão”<sup>26</sup>.

E’ claro que, se nos restringirmos ao seu objeto formal, a revelação diz respeito somente a estes conhecimentos sobrenaturais. Se, ao contrário, deixarmos o plano formal e considerarmos a revelação como um ato existencial, temos que admitir que ela implica outros conhecimentos que poderiam ser adquiridos apenas por via natural: “Com efeito, a Revelação trata essencialmente do revelado, porém, inclui muitas outras coisas”<sup>27</sup>. De resto, esta perspectiva em nada compromete a sua unidade, pois ela é assegurada através do ato único mediante o qual Deus revelou toda esta classe de verdades.<sup>28</sup>

Ora, o conjunto destes conhecimentos é o que constitui, para Santo Tomás, a ciência sagrada ou teologia: “O conjunto destes conhecimentos é o que se chama o ensino sagrado, *sacra doctrina*, *sacra scientia*, ou *theologia*”<sup>29</sup>. Agora bem, esta Revelação chega até nós de um modo hierárquico, como um rio que corre em cascata. Isto se dá do seguinte modo: ela se encontra primeiramente em Deus, que é a sua fonte; depois, nos anjos, também segundo a ordem das hierarquias angélicas; enfim, passam dos anjos aos homens, entre os quais se encontram como primeiros beneficiários dela os Apóstolos e os Profetas, e, finalmente, todos os fiéis que aderem a ela pela fé. Portanto, “A ciência sagrada, ou teologia, tem, pois, por fundamento, a fé numa revelação feita por Deus aos homens que chamamos Apóstolos e Profetas”<sup>30</sup>. E como esta revelação se encontra, antes de tudo, consignada nas *Sagradas Escrituras*, ao teólogo caberá, antes de qualquer coisa, perscrutá-las.<sup>31</sup>

Procedente de uma mesma fonte, e tendo um mesmo fundamento, esta teologia, inobstante tenha a mesma natureza em todos, é recebida, no entanto, segundo graus hierárquicos de perfeição. Com efeito, o que é verdade quanto à Revelação, é verdade também quanto ao conhecimento que temos dela. Alguns a possuem a modo de simples adesão de fé aos seus artigos, outros – como os doutos cristãos – a possuem também a modo de ciência

---

<sup>26</sup> *Idem. Op. Cit.* p. 24.

<sup>27</sup> *Idem. Op. Cit.*

<sup>28</sup> *Idem. Op. Cit.*

<sup>29</sup> *Idem. Op. Cit.*

<sup>30</sup> *Idem. Op. Cit.* p. 25.

<sup>31</sup> *Idem. Op. Cit.*: “A teologia trata, pois, primeiro e antes de tudo, do conjunto dos escritos inspirados por Deus que chamamos *Sacra Scriptura*, a Sagrada Escritura.”

sagrada. Portanto, de Deus aos anjos, dos Apóstolos e Profetas aos teólogos, e, finalmente, aos simples fiéis, é sempre a mesma Revelação, que em graus diversos é recebida.<sup>32</sup>

Em Tomás não existem as dualidades, Revelação de um lado e teologia de outro, ou, dito de outro modo: a fé e a ciência teológica não são coisas opostas. A teologia enquanto ciência é a própria Revelação vista no seu todo, isto é, penetrada e abordada de um ponto de vista da razão, enquanto esta última se encontra sob a autoridade normativa da fé. A teologia, embrionariamente e em suas “razões seminais”, já está toda dada na Escritura. Cabe, pois, ao teólogo expressá-la pela atividade da razão fecundada pela fé, num prolongamento mais articulado, a fim de, organizando-a sistematicamente, ele se volte para o proveito da própria fé. Diz Gilson:

Esta ciência [a teologia] não é, pois, outra coisa que a Sagrada Escritura, captada por um entendimento humano ou, se se preferir, não é mais que a revelação divina que continua, graças à luz de uma razão que escruta o conteúdo da fé, sob a autoridade da fé e para os fins da fé.<sup>33</sup>

Porém, poder-se-ia perguntar por que Deus já não nos deu toda a Revelação em forma de uma síntese orgânica, de modo que se abreviasse o trabalho do teólogo e lhe poupasse tamanhos esforços? A resposta é que este grau de aprofundamento nos mistérios não é necessário para a salvação do homem. Com outras palavras, para ser salvo, basta que o homem creia na Revelação, enquanto esta lhe é proposta através dos artigos de fé. Perscrutar e sistematizar este conteúdo, buscando compreendê-lo no seu todo, é trabalho que cuida ao teólogo desenvolver, mas não é necessário para a salvação.<sup>34</sup> Não que tal trabalho seja inútil, posto que, na medida em que ele torna mais inteligível esta palavra que salva, está diretamente ordenado ao fim que a Revelação persegue, a saber, à salvação do homem. Por isso, a função do teólogo de dar maior coesão à revelação bíblica é uma função sagrada.<sup>35</sup>

---

<sup>32</sup> *Idem. Op. Cit.*: “Tendo idêntica natureza em todos os que a possuem, a teologia não alcança em todos o mesmo grau de perfeição. [...] Manifestamente, a revelação, está em nós segundo o conhecimento que dela temos; agora bem, como temos dito, ela é um ato que nos chega por ordem hierárquica e isto, que é verdade do apóstolo ou do profeta a todos os outros homens, o é também do Doutor Cristão aos simples fiéis.”

<sup>33</sup> *Idem. Op. Cit.* pp. 25 e 26.

<sup>34</sup> *Idem. Op. Cit.* p. 26: “Perguntar-se-á, talvez, por que Deus não revelou diretamente estes conhecimentos. È que não são necessários para a salvação. Para alcançar seu fim, o homem deve crer nos ‘artigos de fé’, todos revelados por Deus, e cuja aceitação é suficiente para salvar-se”.

<sup>35</sup> *Idem. Op. Cit.*: “Sem embargo, estão relacionados com ela como com seu fim, já que seu fim é fazer mais explícita a palavra que salva. Por esta razão, toda elaboração legítima da Sagrada Escritura tem lugar na Ciência Sagrada.”

Este trabalho implica que consideremos a Revelação como um todo, e, sob este aspecto, percebemos que, no bojo dela, encontra-se um importante empório de verdades filosóficas, verdades que podem ser conhecidas unicamente pela razão natural. Isto dado, é mister reconhecer que tais verdades de ordem natural não encontram abrigo naquilo que acabamos de definir como o “revelado”. Sendo naturalmente cognoscíveis, parece que tais conhecimentos indicam e confirmam aquilo que há pouco definíamos como “reveláveis”. E’ o que nota Gilson: “Estes conhecimentos naturais, incluídos no corpo da revelação, pertencem à ordem do que Santo Tomás de Aquino chama de reveláveis”<sup>36</sup>.

No entanto, eles parecem não ser desnecessários para a salvação. Então teríamos que nos retratar por havermos dito que a Revelação, enquanto doutrina que tem por fim dar a conhecer ao homem o seu fim último, implique unicamente aquelas verdades que nos ultrapassam? Não. As ditas verdades naturais são como pressupostos, preâmbulos necessários das verdades sobrenaturais de cuja aceitação depende, positiva e diretamente, a nossa salvação. Conhecidas de direito pela razão natural, que as pode admitir sem recorrer à revelação, não são conhecidas de fato, dada a sua complexidade, pelo que foram reveladas para se tornarem acessíveis a todos. Por isso, como preâmbulos, tais verdades se encontram integradas ao organismo da teologia e da própria Revelação. Diz Gilson acerca destas verdades naturais:

Posto que se trata de filosofia, falamos aqui de verdades acessíveis ao entendimento humano, cognoscíveis somente pela razão natural e sem o auxílio da revelação. [...] Se, apesar de tudo, Deus as revelou, é pela razão totalmente diferente de que seu conhecimento é necessário ao homem para obter sua salvação. Naturalmente cognoscíveis de direito, estas verdades não são sempre conhecidas de fato, sendo necessário que o sejam por todos para que todos possam salvar-se.<sup>37</sup>

Em outras palavras: os “reveláveis” são necessários à salvação não em virtude da sua essência, mas encontram-se incorporadas na Revelação, visto que corroboram para que ela alcance o seu fim próprio, que é dar a conhecer ao homem as verdades que o podem salvar.<sup>38</sup> Isto dá uma abertura maior à ciência sagrada (teologia), enquanto ciência da Revelação, que atende à salvação do homem. A Revelação passa a implicar, num sentido mais lato, tanto o “revelado” quanto o “revelável”, ela não diz respeito somente àquelas verdades que são

---

<sup>36</sup> *Idem. Op. Cit.*

<sup>37</sup> *Idem. Op. Cit.*

<sup>38</sup> *Idem. Op. Cit.*: “Este ‘revelável’ é, portanto, um elemento filosófico introduzido, por dizer assim, na órbita da teologia, porque seu conhecimento, como o do revelado, é necessário para a salvação.”

essencialmente reveladas, mas responde também por aquelas que, embora tenham sido reveladas, poderiam não ter sido, haja vista que estão ao alcance da razão. E há mais. Mesmo aquelas que não foram reveladas, mas são conhecimentos naturais que podem, de algum modo, servir ao fim da Revelação, passam a pertencer a ela.<sup>39</sup>

Destarte, pode incorporar-se à teologia – sem quebrar a sua unidade de ciência da Revelação – não somente aquelas verdades que foram essencialmente reveladas ou aquelas que foram reveladas quanto ao modo, mas ainda aquelas que, não tendo sido reveladas, são, contudo, úteis ao fim da Revelação, a salvação do homem. Partindo desta perspectiva, decerto umas mais, outras menos, mas, deveras, todas as verdades podem cair sob a razão de Revelação e, assim, podem ser consideradas pelo teólogo, respeitando os métodos próprios de aquisição que cada corpo de verdades possui. Conclui Gilson:

[...] A noção concreta de revelação, que, por incluir todo conhecimento salvador em geral, pode aplicar-se tanto aos conhecimentos naturais como aos sobrenaturais. Não sendo a teologia ou ciência sagrada senão a explicação da revelação, permanece fiel a sua essência quando trata de uns como de outros segundo os métodos que lhe são próprios, contanto que o fim que persigam ao fazê-lo continue sendo o da revelação: pôr o homem em posse de todos os conhecimentos que, ao permitirem alcançar seu último fim, permitam-lhe conseguir sua salvação.<sup>40</sup>

E não é só. Deste modo, a unidade do trabalho teológico se coloca de forma tão indeclinável que, mesmo quando um teólogo filosofa enquanto filósofo, por fazê-lo tendo em vista o maior esclarecimento da Revelação, não se aliena do seu labor teológico, nem, tampouco, deixa de estar trabalhando pela salvação das almas:

Tal é a verdadeira unidade da ciência sagrada; ainda quando o teólogo fala de filosofia como filósofo, não cessa nem um instante de trabalhar pela salvação das almas, nem de realizar tarefa de teólogo.<sup>41</sup>

O “revelável” do qual falamos até agora é o que permite ao teólogo Tomás de Aquino explicar de que maneira uma ciência como a filosofia, e as demais ciências naturais, podem

---

<sup>39</sup> *Idem. Op. Cit.* p. 27: “Logo, se é certo que a noção de revelação conota particularmente os conhecimentos relativos à salvação que não poderíamos de nenhum modo alcançar sem ela, não é menos certo que também significa, falando em termos gerais, todo conhecimento que pode ser revelado como necessário ou útil à obra da salvação..”

<sup>40</sup> *Idem. Op. Cit.*

<sup>41</sup> *Idem. Op. Cit.*

entrar no escopo da especulação teológica sem fazê-la deixar de ser o que é, sem ferir a sua unidade. Com efeito, é por meio do conceito de *revelável* que Tomas justifica como uma ciência pode permanecer una conquanto trate de matérias referentes a tantas outras ciências. Acerca da função deste conceito, declina Gilson: “[...] permitir compreender como a ciência sagrada pode absorver uma dose de filosofia, por pequena que seja, sem corromper sua própria essência, nem perder sua unidade”<sup>42</sup>.

E o revelável é justamente isto: o conhecimento das criaturas colocado a serviço da ciência que estuda o criador. Esta coesão harmoniosa, que nada mais é do que uma tentativa de interação, se condensa no seguinte: mesmo que as ciências que entram em cena na teologia tratem das mais diferentes matérias, elas não comprometem a unidade da ciência sagrada por possuírem uma mesma razão formal: ajudar o homem a conhecer melhor a revelação, a fim de que possa ser salvo.<sup>43</sup> Daí a importância de o teólogo só se deter nestas ciências na medida exata em que elas possam: seja alimentar, seja proteger, seja ainda confirmar a fé nas verdades reveladas e de algum modo contribuir para o seu fim último, que é a salvação das almas. Ora, é precisamente esta relação inalienável com a Revelação que faz com que as mais distintas ciências humanas se tornem unas em teologia: “A unidade formal da teologia radica nisto: que contempla todo objeto em relação com a revelação”<sup>44</sup>.

Vista assim, a integração de todas as ciências na teologia, longe de reduzi-las a esta ou de fazer com que a própria teologia perca o seu aspecto sobrenatural, torna o conhecimento teológico ainda mais divino, porquanto ordena todo o conhecimento natural ao conhecimento sobrenatural da Revelação: “É revelável todo conhecimento natural aproveitado pela ciência sagrada mirando a seu próprio”<sup>45</sup>. Destarte, o conceito de “revelável” abre perspectivas infundas, no sentido de que, a partir dele, todo e qualquer saber poderá servir ao teólogo, desde que seja abordado sob o mesmo ponto de vista formal: o Deus revelado. Desta feita, a teologia fica um pouco menos distante daquela ciência de Deus da qual participam os bem-aventurados e na qual Deus se conhece e, conhecendo-se, conhece em si todas as outras coisas. Conclui o próprio Tomás:

---

<sup>42</sup> *Idem. Op. Cit.*

<sup>43</sup> *Idem. Op. Cit.* pp. 27 e 28: “A unidade desta ciência consiste em que, por diversos que sejam os temas de que trata, os considera a todos desde o mesmo ponto de vista, ou, como diz Santo Tomás, segundo a mesma ‘razão formal’”.

<sup>44</sup> *Idem. Op. Cit.* p. 28

<sup>45</sup> *Idem. Op. Cit.*

Da mesma forma, a única ciência sagrada pode considerar sob uma mesma razão, isto é, como objeto de revelação divina, objetos tratados em ciências filosóficas diferentes. Isto faz com que esta ciência apareça como impressão da ciência de Deus, una e simples com relação a tudo.<sup>46</sup>

Passemos às considerações finais deste artigo.

### *Conclusão*

O ensino, longe de afastar-nos da vida contemplativa, é como que uma extensão dela, é o derramar-se *ad extra* do *eidos* da *vida teórica*. Por isso, o frade que contempla e ensina, vive mais plenamente a sua vocação, pois partilha, num gesto de notável caridade, as riquezas da sua vida interior.

Ao defender a licitude do exercício do magistério para os frades, Tomás pensava, sobretudo, no ensino da teologia, da qual ele tinha uma noção riquíssima. A teologia tem como objeto próprio a Revelação, consignada, fundamentalmente, nas páginas da Sagrada Escritura. Em sentido lato, a Revelação diz respeito a todas aquelas verdades que Deus comunicou aos homens tendo em vista a sua salvação, posto que o homem não poderia ser salvo sem que antes conhecesse em que consiste esta salvação.

Agora bem, *stricto sensu*, o conceito de Revelação abriga dois outros conceitos: o de revelado e o de revelável. O revelado são todas aquelas verdades que, ultrapassando as forças naturais do nosso intelecto, não poderiam ser conhecidas senão por meio da Revelação. O revelável, ao contrário, diz respeito àquelas verdades que, conquanto tenham sido reveladas, poderiam ter sido alcançadas somente pela razão. De resto, o revelável abriga também aquilo que, muito embora não tenha sido revelado em ato, pode vir a contribuir para uma compreensão mais profunda da revelação.

Sendo assim, a Revelação dispõe de um corpo de verdades naturais que podem ser objetos de demonstração, e a teologia, que tem por objeto próprio a Revelação, não pode ignorar este poderoso arsenal de verdades, que a própria razão pode admitir e que a própria Revelação coloca diante dela. Daí nasce a necessidade de uma filosofia a serviço da teologia.

---

<sup>46</sup> TOMÁS DE AQUINO. *Op. Cit.* I, 1, 4, ad. 2.

A missão precípua desta filosofia é demonstrar, por procedimentos exclusivamente racionais, aquilo que, na revelação, é acessível à razão, e também aquilo que, no conhecimento das criaturas, pode ser posto a serviço do fim último da teologia, que é a busca de uma compreensão mais articulada da salvação do homem.

Destarte, a teologia, *in totum*, compreende não somente a interpretação do dogma, mas também a demonstração daquelas verdades que são acessíveis à razão. Há, assim, uma perfeita interação entre filosofia e teologia, entre razão e fé. No escopo do pensamento de Tomás, elas se complementam, completando-se numa harmonia que, longe de ferir a unidade da ciência teológica, é o que lha confere. Nem a filosofia se vê comprometida nos métodos que lhe são próprios, ao contrário, nesta sinergia com a teologia, ela apenas serve a um fim mais alto.



## ***BIBLIOGRAFIA***

GILSON, Etienne. **El Tomismo: Introducción a La Filosofía de Santo Tomás de Aquino.** Trad. Alberto Oteiza Quirno. Buenos Aires: Ediciones Desclée de Brouwer, 1951. [As traduções, para o português, são nossas].

TOMÁS DE AQUINO. **Suma Teológica.** Trad. Aimom- Marie Roguet et al. São Paulo: Loyola, 2001.